



Rose Mary Furtado Baptista Passos*

RESUMO

Este trabalho focaliza os nomes de propriedades rurais (topônimos) como enunciados, numa perspectiva bakhtiniana e, para isso, agrupa-os em um gênero de discurso, ou seja, considera-os tipos de enunciados relativamente estáveis, com tema, estilo e estrutura composicional semelhantes. Nele são também arrolados conceitos de Maingueneau (2001) sobre discurso e gêneros do discurso que parecem estar em consonância com os pensamentos de Bakhtin (1999; 2003). Finalmente, mostra que topônimos trazem implícitos inúmeros significados, além de refletir a ideologia dominante no Brasil hoje.

Palavras-chave: Topônimo. Enunciado. Ideologia. Gêneros do discurso.

ABSTRACT

This paper focuses the names of rural properties (toponym) as phrases, in the perspective of Bakhtin and, for this, groups them in a discourse genre, that is, considers them as types of relatively stable phrases with similar theme, style and compositional structure. In it are also presented concepts of Maingueneau (2001) about discourse and genres of discourse that seem to be according to the thoughts of Bakhtin (1999; 2003). Eventually, it shows that toponyms bring several implicit meanings, besides reflecting the dominant ideology in Brazil today.

Keywords: Toponym. Enunciating. Ideology. Genres of discourse.

1 INTRODUÇÃO

Discurso, texto, enunciado são conceitos que se entrecruzam, se tomarmos a literatura existente sobre o assunto. Os autores divergem e se contradizem uns aos outros continuamente. Como saber se uma manifestação comunicativa humana pode ser englobada por uma dessas noções? É possível rotular (classificar) essa manifestação quando ela se reduz a um único nome (ou a poucos) postado ao longo de uma estrada, sem autor assumido, sem destinatário definido, com significado aparentemente mínimo, construção sintática inexistente ou elementar? Tal tarefa parece, à primeira vista, praticamente impossível de levar a cabo, mas resolve-se quando fundamentada em teóricos que se preocuparam em explicar tudo o que se relacionasse com a criação verbal humana, independentemente de tamanho, forma ou estilo.

Dessa maneira, o presente trabalho pretende fazer uma abordagem bakhtiniana sobre os topônimos relacionados a propriedades rurais, passando a vê-los como enunciados forma-

* Mestra em Estudos de Linguagem pela UFPI, servidora do IFPI e professora da AESPI.

dores de um gênero do discurso, com conteúdos preñhes de significado, estilo característico e estrutura composicional própria.

De acordo com nossa hipótese, embora os topônimos se reduzam a uma ou a poucas palavras e não apresentem a marca temporal, por não possuírem verbo, pode-se considerá-los enunciados, pois repassam significados e produzem efeitos nos receptores ou co-enunciadores (denominação encontrada em Bakhtin, 2003 e Maingueneau, 2001). Em outras palavras, provocam uma atitude responsiva no leitor que passa pela estrada. Essa ideia é desenvolvida durante o percurso do trabalho.

Como objeto de estudo, tomamos 74 topônimos, ou seja, nomes de lugares, no caso aqui propriedades rurais (sítios, chácaras e fazendas) incrustadas ao longo dos primeiros 21 quilômetros da BR 343 partindo de Teresina em direção a Altos.

Fundamentamo-nos principalmente nos estudos de Bakhtin (2003) sobre as condições exigidas para que uma fala (ou um escrito) se caracterize como enunciado e, como tal, pertença a um gênero do discurso. Buscamos também subsídios em outros pesquisadores da língua e das teorias ligadas à comunicação humana, para complementar a base de algumas das afirmações feitas. Por isso os conceitos de Bakhtin são, sempre que possível, comparados aos estudos de Maingueneau (2001) sobre discurso e a constituição de gêneros, no intuito de validar efetivamente nosso corpus como enunciados pertencentes a um mesmo gênero discursivo.

No item sobre a constituição dos sentidos nos topônimos, apontamos componentes teóricos de Paschoal (1984) sobre a metáfora, já que essa figura retórica está presente em alguns dos enunciados escolhidos, e muitos implícitos podem dela ser inferidos. Em Santaella (2003), buscamos a base teórica relacionada à linguagem constituída por imagens, pois verifica-se uma tendência ao uso de signos imagéticos ao lado dos linguísticos, em alguns nomes que estudamos. Finalmente, retomamos Bakhtin (1999), para falar sobre a ideologia presente neles.

2 SÃO TOPÔNIMOS ENUNCIADOS?

A toponímia, considerada por alguns como uma ciência, estuda a origem e a evolução dos nomes de ruas, lugares e espaços geográficos e traz com isso uma enorme contribuição para o conhecimento da evolução histórica e cultural de uma região. Os topônimos geralmente provêm de nomes próprios de pessoas, das profissões que exercem ou exerceram, de nomes de santos, de animais, do reino mineral e também da flora. Através de seu estudo é possível saber quais espécies vegetais existiram noutras épocas no lugar nomeado (lugares cujos nomes têm como origem alguma espécie da flora); conhecer zonas de influência de outros povos

(por exemplo, topônimos em outras línguas que não a do povo que lá habita na atualidade), entre outros. Podem também refletir “os sentimentos e as personalidades das pessoas e memoriam valores, factos, figuras de relevo, épocas, usos e costumes” (www.cm-albergaria.pt/)¹ das populações que os habitam ou habitavam.

Infere-se do conceito de toponímia que cada nome escolhido para identificar uma localidade tem, além dessa função imediata, uma outra, estabelecida de forma consciente ou não: transmitir informações diversas sobre o local e sobre as preferências, os gostos, o mundo de valores do enunciador.

Dessa forma, respondendo à pergunta inicial, consideramo-los enunciados, já que deles se podem depreender sentidos (no plural mesmo) a partir do léxico escolhido, estão ligados a um referente e, dentro do contexto em que se encontram – placas indicativas no percurso de uma via pública e em frente a propriedades rurais –, podem ser entendidos como um todo coerente produzido em uma situação interacional que envolve enunciador e co-enunciador, no sentido atribuído por Maingueneau (2001), ou seja, produtor e co-produtor do enunciado, partícipes, portanto, da construção enunciativa.

Para Bakhtin (2003), o enunciado constitui a verdadeira unidade do discurso, relaciona-se de imediato com outros enunciados e com a realidade (o mundo que o rodeia), provoca obrigatoriamente uma necessidade de responder no ouvinte/leitor, sendo seu limite definido pela alternância do locutor, ou seja, dos produtores de discursos.

À primeira vista, topônimos não se encaixam no pensamento do estudioso russo, pois como pode uma placa afixada na beira de uma estrada estabelecer relações com outros enunciados? Que tipo de relação é aí estabelecido? Que resposta se pode atribuir a um passante – pedestre, ciclista, motorista – que lê casual ou propositalmente essa placa? Quem o interpela? A quem ele responde?

A relação que se pode estabelecer entre os topônimos e outros enunciados remete-nos à noção bakhtiniana de gêneros do discurso: “determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2003, p. 266). Nomes de propriedades rurais são construídos (ou escolhidos) de forma muito similar: substantivos ou sintagmas nominais de núcleo substantivo, expostos em placas (o tipo diverge, mas não muito, de acordo com a posse e a criatividade do proprietário) na beira da estrada, o que nos autoriza a considerá-los um conjunto com estilo, tema e estrutura relativamente estáveis e, por

¹ Disponível em: <http://www.cm-albergaria.pt/output_efile.aspx?sid=6d4cc5a4-14a8-49a0-b833-75eb799b5037&cntx=Oj%2BcQqcdjW2U7ec2nYBVj%2BIYt9XwXXJK%2FUZo2YveKBM%2Fhj2ZuMms0QxjYAEIzb7uIH0loAANL6fXAlrkzdGfgQ%3D%3D&idf=3585>. Acesso em: 08 set. 2014.

consequente, um gênero do discurso. A relação entre esses nomes ou, como queremos, entre esses enunciados está na própria regularidade de sua composição, no próprio fato de só adquirirem sentido na relação com seus congêneres (o assunto será aprofundado mais adiante);

Sobre a atitude responsiva do destinatário, Bakhtin esclarece que “nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado” e complementa: “a compreensão ativamente responsiva do ouvido [...] pode permanecer de quando em quando como compreensão responsiva silenciosa”, e constituir-se, portanto, numa “compreensão responsiva de efeito retardado.” (BAKHTIN, 2003, p. 271-272).

No caso dos topônimos, sabemos que quem os lê faz isso por motivos vários, tais como: *necessidade de localizar-se* – saber em que ponto da estrada está, quanto falta para chegar a seu destino. E sua resposta vem em forma de reação à informação obtida: alívio, excitação, irritação, raiva, xingamento –; *localizar uma propriedade determinada* – nesse caso sua resposta é a confirmação ou a negação do que encontra em relação ao que procura; ou ainda *por curiosidade* – a resposta aí pode causar novas curiosidades: “Por que aquele nome?” “De onde foi tirado?”; ou pode trazer uma certa satisfação quando identificada a origem do nome: “Ah! Love Story! Vi esse filme; é um drama!”.

A outra dúvida é sobre o estabelecimento do outro, do “destinatário”² da mensagem, cuja ausência pode determinar a não constituição do enunciado ou, no mínimo, a não ocorrência da função comunicativa da linguagem, pois, como reforça Bakhtin em diversos pontos de seus estudos, “um traço essencial (constitutivo) do enunciado é o seu *direcionamento* a alguém, o seu *endereçamento*” (BAKHTIN, 2003, p. 301). No caso dos topônimos, o “falante” seriam os donos das propriedades (mesmo que as tenham comprado com aqueles nomes, responsabilizam-se por eles, já que não os mudaram) e o “outro” são os passantes, os leitores das placas. É importante frisar que Bakhtin (2003) considera ambos, emissor e “destinatário”, como ativos e co-participantes da produção do sentido, pois, como explica, há uma troca de posições ao término de cada enunciado: o ouvinte passa a ser falante e este, a ouvinte, o que torna inadequados os termos *destinatário*, *recedor*, *receptor* e outros de mesmo sentido, daí a denominação *co-enunciador* usada por Antoine Culioli (apud MAINGUENEAU, 2001). Maingueneau (2001), como Bakhtin (2003), não aceita as outras.

Quanto ao fato de os nomes de propriedades rurais serem formados por uma só palavra ou um único sintagma nominal, sem a marca temporal, não nos parece causar nenhum problema, porque essas não são condições definidoras de um enunciado. Bakhtin (2003, p. 278)

² Destinatário aí significa apenas a pessoa para quem a mensagem é transmitida, ou seja, o leitor virtual

diz que “o enunciado pode ser construído a partir de uma oração, de uma palavra” e acrescenta que uma característica universal de qualquer língua é ser o limite dos enunciados definido pelo traço interacional e não por seu tamanho nem por sua estrutura (BAKHTIN, 2003).

Na verdade, as condições que ele aponta como determinantes para um dito falado ou escrito constituir ou não um enunciado são a alternância dos falantes e sua conclusibilidade específica (BAKHTIN, 2003). Esta última determina-se pelo esgotamento do assunto, pela intenção discursiva do falante (o quê e quanto vai falar) e pela escolha da estrutura formal do gênero a que pertence, coisa que fazemos com habilidade na prática, mesmo que inconscientemente por nem sempre termos conhecimento dela. Parece-nos que os topônimos aqui evidenciados preenchem todos esses requisitos.

3 É POSSÍVEL QUE TOPÔNIMOS SEJAM TAMBÉM DISCURSOS?

Discurso é visto por Bakhtin (2003) como uma comunicação discursiva completa, um jogo de enunciados interativo concluído por sujeitos falantes em determinado momento sócio-histórico, um conjunto de enunciados que se inter-relacionam e completam uma situação interativa entre falantes. Essa concepção aparentemente tornaria os topônimos aqui estudados meros componentes do discurso, ou seja, transformá-los-ia apenas em partes de um todo maior.

Em contrapartida, Maingueneau (2001) vê o discurso como uma organização situada para além da frase, como uma forma de ação interativa, contextualizada, regida por normas, assumida por um sujeito e considerada no bojo de um interdiscurso, donde concluímos que sua concepção de discurso se aproxima da de enunciado em Bakhtin (2003). Essa nossa dedução confirma-se em outro trecho do estudo de Maingueneau (2001) em que, ao iniciar o tópico no qual se propõe esclarecer de que forma entende os termos *enunciado* e *texto*, diz o seguinte: “Para fazer referência às produções verbais, os linguistas não dispõem *somente do termo “discurso”*: recorrem também a **enunciado** e **texto**, termos que recebem definições diversas” (MAINGUENEAU, 2001, p. 56, grifo nosso).

Considerando, então, discurso sob o ponto de vista de Maingueneau (2001), procuremos desenvolver as características por ele citadas em seu conceito:

(a) *O discurso é uma organização situada para além da frase* – isto não significa que o discurso seja maior que ela, mas que é de uma *ordem* diferente da dela;

(b) *O discurso é uma forma de ação interativa* – a interatividade mobiliza dois parceiros: o enunciadador e o co-enunciador;

(c) Essa ação interativa é *assumida por um sujeito* – que passa a ser seu responsável e fonte de referências pessoais, temporais, espaciais etc;

(d) O discurso *faz parte de um interdiscurso* – seu sentido só toma forma relacionado a outros discursos do mesmo gênero;

(e) *O discurso constitui uma unidade completa e submete-se a determinadas regras de organização que o colocam dentro de um gênero específico* (MAINGUENEAU, 2001, p. 53-56).

Ao que nos parece essas são praticamente as mesmas características atribuídas por Bakhtin (2003) ao enunciado que, para Maingueneau (2001, p. 57), tem preferencialmente “o valor de uma frase inscrita em um contexto particular”, embora não ignore as diferentes acepções normalmente utilizadas por outros autores e, inclusive, lista-as.

Inferimos daí que os topônimos possuem os requisitos que, de acordo com Maingueneau (2001), caracterizam o discurso: são interativos – transformam proprietários de terras e passantes em co-enunciadores; fazem parte de um interdiscurso – só podem ser considerados como discurso se tomados no contexto de seus congêneres, os outros topônimos ao longo da estrada; constituem uma unidade completa – trazem uma informação necessária e suficiente em si mesma; e submetem-se às regras de organização de seu gênero de discurso – estilo e composição semelhantes (MAINGUENEAU, 2001, p. 53-56).

4 TOPÔNIMOS AGRUPAM-SE EM UM GÊNERO DISCURSIVO

Segundo Bakhtin (2003), todos os discursos são organizados em forma de gêneros e, ao ouvirmos um enunciado, sabemos intuitivamente a que gênero pertence logo na emissão das primeiras palavras; conhecemos sua estrutura, temos noção aproximada de sua extensão, enfim, percebemo-lo em seu conjunto (não obrigatoriamente em sua concepção teórico-científica). Para ele, há tantos gêneros, que sua escolha depende da posição social do falante, da situação em que se encontra, das relações que mantém com seu interlocutor. Para cada situação, usa-se um gênero que a ela se adeque.

Seu conceito de gênero, já apresentado no tópico referente a enunciados, apresenta-o como tipo de enunciado histórico ou sócio-histórico, com tema, estilo e estrutura composicional relativamente estáveis. Tema, estilo e estrutura são indissociáveis e constituem-se elementos tanto do enunciado, quanto de conjuntos específicos de enunciados, ou seja, de gêneros do discurso. Assim, a determinado gênero correspondem determinados temas, estilos e construções composicionais. Bakhtin (2003) esclarece, contudo, que é possível transferir um estilo de

um gênero para outro, mas no processo modificam-se tanto o estilo como o gênero, que ou é destruído, para dar lugar a um novo, ou é renovado.

Se observarmos os temas utilizados pelos autores dos topônimos por nós estudados, verificaremos que são recorrentes, referem-se, em geral, a seu dono, a algo ou a alguém a quem deseja homenagear.

Passemos à análise do corpus, lembrando que algum nome pode vir repetido por encaixar-se em mais de um tipo e que esses nomes poderão ser substituídos futuramente, devido à troca de proprietários ou mesmo por alguma necessidade de algum dos atuais. A ordem escolhida leva em conta a quantidade de sítios e/ou chácaras que se encaixa em cada tipo.

O primeiro grupo a destacar é o relacionado a nomes de santos ou à religião, principalmente a cristã, majoritária em nosso país. São eles: São Joaquim, São João, São José, Chácara Santa Isabel, Sítio Santa Teresa, Sítio São Rafael, Deus Contigo, São José do Lírio Vermelho, Sítio São Raimundo, Quinta São José, Sítio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Sítio Santo Antônio, São Raimundo, Espírito Santo, Cafarnaum, Maanaim, Jardim de Alá (único que se refere a Deus na forma usada pelos muçulmanos);

O segundo tipo são os que designam nomes de proprietários ou relativos a eles (parente próximo). Foram encontrados os seguintes: Sítio Francisco Oliveira, Sítio Ana Clara, Fazenda Júlio's, Casa da Vovó Bizé, Pousada Zé de Holanda, Vila Angelita Gilda, Chácara Rios (da família Rios), Sítio Suyane, Tia Jane, Chakal (Chácara da família Kalume), Chakaran (Chácara da família Karan), Dutrville (vila dos Dutras), Três Irmãos, Três Corações (familiares queridos);

Os nomes ligados à natureza (rios, montanhas etc) e à zona rural, em quantidade, ficam em terceiro lugar, como podemos comprovar: Tejipió, Vale do Temujim, Fazenda Rio Grande, Chácara Longá, Pousa Alegre, Vale do Sol, Petrolândia, Patamares, Sítio Rancho Alegre, Luar do Sertão, Kansela, Esteios, Greenville;

Em seguida, vêm os nomes de plantas, flores e animais ou a eles relacionados: Passaredo, Carrapicho, Sítio Caneleiro, Chácara Jatobá, Sítio Girassol, São José do Lírio Vermelho, Sítio Cajueiro, Quinta Pau d'Arco, Lírios, Sítio Sombra, Tinhorão;

Na sequência, ocupando a quinta colocação, vêm os nomes de outros topônimos (cidades, estados, países), como Fazenda Nipon, Sítio Valparaíso, Fazenda Havaí, Sintra, Teresópolis, Akropolis, Massangana, Três Corações (cidade mineira), Amoaras;

Por último, vêm nomes com significados desconhecidos; muito raros, mas certamente com alguma explicação de ordem sentimental: Ninizo, Biliqui, Tafa.

A estrutura composicional é sempre a mesma: um nome (substantivo) ou uma locução (sintagmas nominais com núcleo substantivo). Algumas vezes recorrem a imagens que substituem nomes, o que não modifica o valor nem o significado.

Quanto ao estilo, por uma questão de natureza sócio-histórica, os enunciadores não têm muita escolha: ou usam substantivos ou formam um sintagma nominal cujo núcleo é um substantivo. O fato de ser uma denominação, uma individualização justifica a ocorrência do substantivo dito “próprio”. A maneira de fazer ver esse nome, ou seja, o suporte utilizado para o envio da mensagem é que varia um pouco devido à condição financeira e à criatividade de cada um. Por isso vemos, ao longo da BR, placas de concreto, de madeira, de ferro; umas pintadas por profissionais, outras, por amadores; a maioria só com signos linguísticos, umas poucas com signos imagéticos; e assim por diante. Mas, em todas, constata-se a mesma preocupação: deixar a placa bem visível para que os passantes e os viajantes a vejam e não tenham dúvidas: aquela propriedade tem nome e dono.

Também podemos legitimar a condição dos topônimos como pertencentes a um gênero específico, baseando-nos em Maingueneau (2001, p. 65-67). Segundo ele, para que uma obra ou um texto sejam incluídos em determinado gênero, levam-se em conta as características que os tornam semelhantes a um “protótipo”, ou seja, a um texto ou obra considerado como referencial para os outros. Não sendo possível isso, procuram-se ver neles determinados comportamentos ou rotinas que os fazem pertencer a um e não a outro gênero: suas finalidades, seu lugar legítimo de enunciação, seu suporte material, sua organização textual.

No caso dos topônimos relacionados a sítios e chácaras não se pode falar em semelhança com um protótipo, porque esse modelo é tão antigo, que sua origem confunde-se com a própria história da humanidade. Mas é possível estabelecer “comportamentos” ou “rotinas” comuns a eles que os fazem pertencer a determinado gênero com *suas finalidades* – identificar cada pedaço de terra registrado em nome de alguém; *seu lugar legítimo de enunciação* – em frente às propriedades, exigindo leitura rápida; *seu suporte material* – placas de madeira, metal, concreto ou mesmo muros; *organização textual* – roteiros flexíveis, textos simples, curtos e com letras graúdas (MAINGUENEAU, 2001).

5 SIGNIFICAÇÃO NOS TOPÔNIMOS

Como vimos no primeiro item deste trabalho, os topônimos são considerados pela própria ciência que os estuda, a toponímia, como enunciados prenhes de sentido, trazendo embutida em seu pequeno invólucro, isto é, implícita naquele único nome (ou sintagma nomi-

nal) uma gama de conhecimentos sobre a cultura, os valores, usos e costumes das comunidades em que os lugares que nomeiam estão inseridos.

Uma marca da presença de implícitos em um discurso é o uso da figura de linguagem ou tropo chamada metáfora. Sua presença indica ao enunciatário que o enunciado não deve ser interpretado literalmente, que ali há a presença da conotação. Toda figura de linguagem, segundo Cohen (apud PASCHOAL, 1984), tem dois tempos: o primeiro consiste na incompatibilidade semântica entre sintagmas do enunciado; o segundo é a reestruturação do sentido, através da intersecção sêmica entre o que se diz e o que se quer dizer.

Entendemos que, ao nomear sítios ou chácaras com nomes de lugares conhecidos, como Canadá, por exemplo, o que há, na verdade, é uma metáfora, uma comparação implícita entre o pedaço de terra (ou esse pedaço de terra como é visto nos desejos de seu proprietário) e o país denominado Canadá. Certamente esta será a conclusão do co-enunciador.

Não se pode esquecer, contudo, que, sendo o discurso interativo, tanto enunciador, como co-enunciador contribuem para formar seu sentido. Mudam as situações, mudam os receptores (leitores/ouvintes) e isso provoca a possibilidade de inúmeras leituras para um mesmo enunciado. Diz-se, pois, que os sentidos têm sua história. E a cada novo sentido atribuído corresponde uma carga de conteúdo ideológico diferente e “adaptada” aos valores do novo produtor.

6 A LINGUAGEM NÃO VERBAL NOS TOPÔNIMOS

Quando o homem se comunica, o faz por meio de diversos tipos de linguagem, além da verbal: desenhos, sinais, gestos, luzes, fumaças, números, cheiros, sons musicais etc. “Existe uma linguagem verbal, de sons e letras, mas existe simultaneamente uma enorme variedade de outras linguagens que também se constituem em sistemas sociais e históricos de representação do mundo” (SANTAELLA, 2003, p. 11).

Desde que o homem foi criado, faz uso da imagem para se comunicar. Hoje, apesar de toda a riqueza das línguas usadas como código, nas modalidades falada e escrita, observa-se um crescimento visível e acelerado do uso do código imagético. Influência, quem sabe, dos meios de comunicação de massa, particularmente da televisão, cujos comerciais concentram o máximo de mensagem em um mínimo de palavras, fazendo uso concomitante de imagens para complementar o sentido que desejam repassar.

Alguns dos topônimos focalizados trazem a informação, o nome próprio da localidade, codificada por meio das linguagens verbal (língua escrita) e não-verbal (figuras que representam referentes que, por sua vez, substituem a palavra escrita). Isso não prejudica a interação

enunciador x co-enunciador, porque as imagens contêm sentidos tanto ou mais que as palavras, constituindo um tipo de linguagem não-verbal de alto grau de comunicabilidade.

7 A IDEOLOGIA PRESENTE NOS TOPÔNIMOS

Quando se toma a palavra oral ou escrita, tem-se que levar em conta as relações de poder aí envolvidas, o contexto sócio-histórico, os conflitos e reconhecimentos que pode gerar, enfim, tem-se que considerar todo o contexto ideológico que atua na produção, interpretação e consumo do sentido por ela produzido. Segundo Bakhtin (1999, p. 36), “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” e, em outra obra, referindo-se ao elemento expressivo como sempre presente em menor ou maior grau de força diz: “um enunciado absolutamente neutro é impossível.” (BAKHTIN, 2003, p. 289).

Também Fiorin (1998) posiciona-se a respeito, afirmando que ideologia

é uma ‘visão de mundo’, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. Daí podemos deduzir que há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais (FIORIN, 1998, p. 29).

Logo em seguida, o mesmo autor acrescenta que “cada uma das visões de mundo apresenta-se num discurso próprio” (FIORIN, 1998, p. 29). Sendo os topônimos reflexos da cultura, dos valores, usos, costumes de uma determinada comunidade, certamente apresentam, por meio do signo linguístico, a visão de mundo dessa comunidade. Essa perspectiva está de acordo com o pensamento de Bakhtin (1999) segundo o qual o signo linguístico realiza-se no processo de interação social e guarda as marcas da época e do grupo social que o utiliza. No entanto, ao mesmo tempo que refletem, eles também refratam a realidade que os rodeia, construindo, por conseguinte, uma nova realidade, novas visões de mundo, novos horizontes.

A escolha de um simples nome para designar um pedaço de chão não é feita de forma aleatória. Nas mensagens que repassam os topônimos, há embutida uma inculcação de valores quase sempre retirados da ideologia dominante que contamina sem que se perceba a mente de produtores e usuários do conteúdo linguístico.

Tomaremos, a seguir, alguns exemplos de nomes de sítios à guisa de ilustração para o que foi dito. Segundo a ideologia dominante no Brasil de hoje, são valorizados (SANDMANN, 2003): a juventude, a magreza, objetos e idiomas estrangeiros, tecnologias de ponta, fontes tipográficas não-usuais, tudo o que se refere à ecologia, entre muitos outros. Alguns desses valores estão bem explícitos nos nomes de propriedades ao longo dos quilômetros da BR 343 aqui analisados. Listamos, a seguir, os principais tipos constatados.

Nomes ou construções linguísticas em línguas estrangeiras: Greenville, Nipon (nesse, toda a placa lembra o Japão: a bandeira, os ideogramas, o próprio nome da propriedade), Tafa, Love Story, Kansela, Chakal, Julio's, Chakaram, Dutrville, Tikim, Acrópolis. Observe-se que, em alguns, é somente o uso de uma letra que até pouco tempo não pertencia a nosso alfabeto que mostra a xenofilia, noutros é o desenho da letra lembrando ideogramas orientais (Nipon e Tafa) e em uma, pelo menos, é o uso da marca do possessivo inglês. Além desses exemplos citados, nota-se uma especial afeição por nossos ancestrais, os portugueses (que não deixam de ser estrangeiros), nos nomes Sintra, Quinta Pau D'Arco, Quinta São José;

A religião: todos os nomes citados acima na lista dos topônimos ligados a santos e à religião em geral;

A ecologia: todos os nomes já citados na lista dos relacionados a plantas, animais e à natureza;

A família: Casa da Vovó Bizé, Três Irmãos, Tia Jane.

Ao nomear um sítio, seu proprietário faz o que Maingueneau chama de “ato de batismo” (2001, p. 183) a partir do qual aquele nome passa a ser *próprio*, designativo de um só referente ou de poucos da mesma espécie, distinguindo-se de seus semelhantes, tornando-se individualizado.

Individualizar é o mesmo que especializar, particularizar, distinguir. Os seres humanos, enquanto “indivíduos”, procuram distinguir-se, primeiro dos animais, depois dos próprios semelhantes. Para isso tomam atitudes e assumem posturas aceitáveis ou não. Uns se vestem de forma exótica, outros destacam-se na multidão pela facilidade com que se expressam ou contam piadas ou mesmo atuam em palcos improvisados ou institucionais.

“Batizando” um animal, um objeto de sua propriedade, o ser humano procura também individualizá-lo, isto é, particularizá-lo, distingui-lo dos demais. Não é diferente o que acontece com os sítios, chácaras e fazendas. Todos os proprietários procuram individualizar seu “feudo”, seu pedaço de terra, particularizá-lo, identificá-lo como algo especial, não comum, não massificado. Nessa busca pelo original, pelo único, pelo “indivíduo”, quase tudo é permitido: nomes estranhos (muitas vezes aglutinações – Chakaran = Chácara da família Karan, Chakal = Chácara da família Kalume – ou justaposições de outros – Dutrville = Vila dos Dutras); homenagens a santos, locais, pessoas; apelos ao emocional; uso de desenhos ou figuras significativas, entre muitos.

Os nomes próprios aqui tomados como discursos para análise resultam da busca da individualização, quem sabe até do orgulho de possuir algo e mostrar ao mundo o objeto possuído. O momento histórico por que passamos está recheado de exemplos dessa necessidade

humana de exibir seus pertences ou a si próprio, basta lembrar os *reality shows* mundo afora e os *selfies* na internet. Consequentemente, isso ocorre também com os topônimos, pois, como se sabe, todo enunciado é produzido dentro de um contexto histórico, circula num meio social e dirige-se a alguém, ideal e/ou real.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os enunciados acima descritos constituem, como vimos, unidades de significação, talvez não complexas, mas dotadas de inúmeras informações mais inferidas pelo consumidor das mensagens que explicitadas por seus produtores.

O que há de comum entre eles é o estilo, os temas e as estruturas de composição que fazem, no entender de Bakhtin, com que pertençam a um mesmo gênero discursivo. Ou, como quer Maingueneau, são filiados a um gênero específico devido às semelhanças de “comportamento” ou “rotina”, quais sejam: a exiguidade de signos utilizados, as mensagens curtas, criativas, concentradas, os suportes, a localização etc. Outras semelhanças dizem respeito ao uso da linguagem não-verbal aliada ou não à verbal e à presença da ideologia dominante.

Pertencendo a um gênero de discurso específico, as mensagens devem ser interpretadas dentro de seu contexto situacional. Tomadas isoladamente e de forma ingênua, pouco significam, mas vistas sob o ângulo da situação de produção e da situação de consumo, mostram um sem número de possibilidades de sentidos ali colocados para serem desvendados por seus receptores (co-enunciadores) ideais e/ou reais. Concluindo, todo texto é produzido para ser compreendido, orienta-se para ser interpretado no contexto do momento, ou seja, no contexto do processo ideológico do qual faz parte.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Prefácio de Roman Jakobson. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Sousa-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

PASCHOAL, M. S. Zanotto de. Metáfora Discursiva. **Linguagem**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, jan./ jun., p. 167-178,1984.

SANDMANN, Antônio José. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.